

**“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:
PERMEABILIDADES ENTRE SENTIDOS, SALDOS E
INTERPRETAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Mateus Hajime Fiori Sawamura *

**"JUNE FASCISTA" AND "JUNE AUTONOMISTA": PERMEABILITIES
BETWEEN SENSES, BALANCES AND INTERPRETATIONS OF JUNE 2013**

Resumo

Há inúmeras interpretações a respeito de Junho de 2013 que buscam decifrá-lo a partir de suas relações com seu passado e futuro imediatos. A respeito das mesmas, é possível perceber que, assim como o cenário político recente, encontram-se imersas numa intensa polarização, na qual os diversos atores sociais disputam sentidos e significados de fenômenos e cenários políticos, revelando a incerteza e abertura da realidade política brasileira. Construindo duas chaves interpretativas – “Junho Fascista” e “Junho Autonomista” – a partir das narrativas de diversos intérpretes, enfatizando os sentidos e saldos de Junho apontado por estes, buscamos indicar permeabilidades entre as chaves, de forma a restituir a contradição a este fenômeno e a revelar o caráter disputado e aberto do cenário político brasileiro.

Autonomismo. Fascismo. Junho de 2013. Interpretações de Junho. Manifestações.

Abstract

There is a myriad of interpretations concerning June 2013 that seek to decipher it through its relations with its immediate past and future. Regarding these relations, it is noticeable that, just as the recent political landscape, they are immersed in an intense polarization, in which the different social actors contend for the trends and meanings of phenomena and political landscapes, disclosing the haziness and openness of Brazilian political reality. Developing two interpretative keys – “Fascist June” and “Autonomist June” – stemmed from different interpreter’s narratives, emphasizing the trends and outcomes of June pointed out by these, we intend to indicate permeabilities between the keys, in order to reinstate the contradiction to this phenomenon and disclose the disputed and wide-open Brazilian political landscape.

Autonomism. Fascism. June 2013. June interpretations. Demonstrations.

* Atualmente é graduando (licenciatura e bacharelado) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Tem pesquisado temas como manifestações de junho de 2013, (des)politização e disputa narrativa nas áreas de teoria política e pensamento político brasileiro. E-mail: mitchue.mateus@gmail.com

INTRODUÇÃO

É inegável que as manifestações de junho de 2013 começaram com reivindicações em torno da tarifa de ônibus. Permanece, contudo, não menos evidente que aquilo que hoje se entende como Junho de 2013 transcende em muito a unidade de uma pauta específica. O Movimento Passe Livre (MPL) – movimento fundado no ano de 2005, mas que possui experiência militante que remonta a tempos anteriores – foi o ator central nas ruas de São Paulo entre os dias 6 e 13. Muitos apontam a repressão policial que aconteceu nesse momento inicial como responsável pela explosão do número de manifestações, pautas e atores¹. Em comparação às manifestações centradas em volta da tarifa, a partir das manifestações ocorridas no dia 17, diversos autores apontam mudanças – além de numéricas – no perfil dos manifestantes, no teor das pautas e no significado que as ruas pareciam afirmar.

Se pensarmos Junho de 2013 dessa maneira, ou seja, enquanto um acontecimento – qual seja, as manifestações de rua que se estenderam Brasil afora, mobilizando milhões de pessoas nas ruas de inúmeros municípios, captando a atenção da mídia nacional, independente e internacional e a atividade das redes sociais, com seus *posts* e formas de organização e convocação próprias –, já será possível ter noção da riqueza de elementos passíveis de análise. No entanto, a capacidade narrativa disponível nesse intervalo temporal é muito limitada. Pouco se pode dizer tomando esse acontecimento de maneira isolada.

Por isso podemos dizer – sem soar de maneira incoerente – que Junho de 2013 vai muito além dos 30 dias que demarcam o mês de junho, remetendo a outras temporalidades e espacialidades, passado, presente ou futuro; local, nacional ou global. Não foi um trovão que se projetou em meio ao céu limpo e aberto da realidade social e política brasileira – conforme nos atenta Raquel Rolnik (2013) –, nem muito menos um

¹ São inúmeros os fatores apontados como catalisadores das manifestações, mas consideramos que Alonso e Mische (2015) apresentam mais cabalmente os gatilhos que deram às manifestações de junho tamanha amplitude: ciclos de protestos globais recentes; a realização de mega-eventos no Brasil; enfraquecimento do governo PT entre alguns setores sociais; o tipo de interação entre Estado e movimentos sociais que o governo Dilma praticou; e o “backfiring” da repressão policial no início dos protestos.

epifenômeno que não questionou a ordem e rapidamente caiu no vazio (SINGER, 2013). Ou seja, não surgiu do nada, nem acabou com nada.

Vários autores se debruçaram sobre Junho de 2013 e, conforme descrevemos anteriormente, eles não olham para Junho somente como um evento, acrescenta-lhe a dimensão processual para disputar e refletir sobre o contexto que a ele se subscreve, os motivos que levaram a ele e os seus sentidos. E, se Junho foi marcado pela multiplicidade – de atores, pautas, localidades, etc. – não é de surpreender que várias interpretações surgiram para buscar dar conta do fenômeno, ou então, para visualizar significados específicos, ou desejados, das manifestações de junho de 2013. São várias e, por vezes, conflituosas, não só porque Junho está historicamente muito próximo de nós, mas principalmente porque a partir de Junho a polarização política volta a se expressar, tendo a rua como um de seus palcos principais.

Breno Bringel (2015) e Jorge Chaloub (2016) expõem cada um à sua maneira, interpretações comumente encontradas a respeito de Junho. Bringel afirma haver duas, a primeira distanciando 2013 de 2015, ao desconectar ambos fenômenos, ou ao conectá-los de maneira negativa, dizendo que 2015 seria uma reação à 2013; já a segunda, veria as manifestações de junho como um epifenômeno. Chaloub enfatiza duas interpretações que exageram o feitiço das manifestações, “Junho, desse modo, ou assume a feição de uma caixa de pandora, responsável por expor ao sol e fortalecer todas as mazelas pátrias, ou toma o lugar de evento inédito e fundador, legítimo abre alas de um novo país que ainda não se construiu, mas já se anuncia no horizonte” (2016).

Consideramos que os prismas interpretativos apresentados pelos dois autores permitem uma ambientação preliminar aos debates travados em torno de Junho e, por isso, constituem um ponto de partida relevante para o propósito deste artigo: construir duas chaves interpretativas de Junho, a partir de seus principais intérpretes, enquanto duas maneiras opostas de se pensar o mesmo fenômeno que, por sua vez, permitem restabelecer a contradição, tão própria dos confrontos e processos políticos e, não por menos, da história política recente do Brasil. Atentar para a contradição – para as disputas travadas no campo político e para abertura dos processos em disputa – propicia uma compreensão mais densa dos fenômenos, mas não somente. Em uma chave negativa, permite perceber que Junho não verteu o fascismo incipiente, e outrora recluso,

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

sobre a conjuntura política posterior, anunciando uma controversa vitória e um precipitado fechar das cortinas; nem muito menos que, em chave positiva, se exime dos eventos posteriores, como se conservasse num lapso atemporal a aura de seu autonomismo e revolta. Nesse sentido, os intérpretes situados na chave “Junho Fascista” tendem a enfatizar tendências antidemocráticas na forma das manifestações e nos traços dos manifestantes e de suas pautas. Os intérpretes de “Junho Autonomista”, por sua vez, destacam elementos que indicariam o aprofundamento dos ideais democráticos de participação.

Dois fatores serão centrais nessa empreitada: sentido e saldo. Para onde Junho aponta e qual herança deixa ao cenário político brasileiro, ou então, o que motiva as demonstrações de indignação e revolta – no longo e no curto prazo –, o que nos mostra e ensina a respeito da realidade social e política, quais críticas promove e quais possibilidades surgem, quais resultados alcançaram na política institucional, na vida política, no imaginário da sociedade e quais suas consequências para a democracia brasileira.

As explicações sobre o sentido e o saldo, necessariamente, passam pela apresentação de outros fatores, assim, ao auxílio desses, estarão presentes outros dois. Os saldos da democratização, ou então o cenário político, vêm a dar suporte às interpretações, pois a capacidade de apontar sentidos passa pela necessidade de tratar das condições concretas ou latentes, disponíveis aos atores políticos, alcançadas em três décadas de democracia. Os principais atores tenham sido estes cultivados ou surgidos à revelia das condições disponíveis, contribuem também para a exposição dos dois fatores centrais.

A seguir, passaremos a construção das chaves interpretativas, situando os autores e reconstruindo suas narrativas. Para tal, trataremos respectivamente dos seguintes autores/intérpretes: Fabiano Santos; Marilena Chauí; Leonardo Avritzer; Marcos Nobre; Paulo Arantes e Breno Bringel. Nas duas primeiras seções será possível encontrar os quatro fatores na visão dos autores selecionados. Na terceira, trataremos de relacionar os autores entre si, a partir dos dois fatores centrais bem como apontar as permeabilidades entre autores e chaves interpretativas e as chaves entre si.

Cabe lembrar que não buscamos situar todos aqueles que produziram conteúdos (substanciais) a respeito de Junho, nem é nosso intuito exaurir todo o debate em torno dos sentidos e saldos, pois há muitas outras maneiras de interpretar este mesmo fenômeno. Por exemplo, Wanderley Guilherme dos Santos (2013) não vê razão de ser nas manifestações de junho, nem vislumbra qualquer possibilidade de resultados políticos. Singer (2013) acredita que as manifestações, ao contrário de provocarem politização ou polarização, tiveram seu potencial conflitivo bloqueado, por um centro pós-material. Marco Aurélio Nogueira (2013) acredita que as manifestações são marcadas pela hipermodernidade, ao mesmo tempo em que pedem por “Mais Estado”, em combate a qualquer concepção que reivindique “Mais Mercado”. Da mesma forma, há outras interpretações que, de uma forma ou outra, dialogam com as chaves aqui desenvolvidas, mas que, devido aos limites deste trabalho, restarão somente indicadas. Ortellado (2013) aponta dois saldos de junho, um que sobrevaloriza os processos com suas pautas difusas, perdendo de vista a orientação a resultados, e outro que, a exemplo do MPL, visa à ação estratégica e conquista de resultados, mas sem perder seus princípios de vista. Jessé Souza (2016) destaca um ponto de inflexão em Junho, encabeçado pela mídia manipuladora e pela classe média conservadora, a partir do qual os discursos verde-amarelo e anticorrupção passam a ocupar a cena política dos anos seguintes (derrocando no impeachment da presidente Dilma). Bucci (2016) passa pelos fenômenos da linguagem e da estética de Junho, apontando a presença da violência e do “espetacular” no ânimo que surgiu a partir de Junho, deixando pendente a ideia de que a força que ali brotara, contribui para o afastamento de Dilma. Em Safatle (2017), Junho marca tanto o colapso da Nova República quanto a chance de abertura para um novo que ainda não foi aproveitado: a emergência de sujeitos políticos despossuídos. Tal potencialidade despertada em Junho teria anunciado a aura dessas forças destituíntes, mas também levado à organização de sujeitos reativos. Enfim, a escolha dos autores aos quais este trabalho devotará sua atenção remete às suas proximidades com a distinção que esboçamos anteriormente, aos conteúdos específicos por eles enfatizados e, em igual medida, à centralidade das figuras intelectuais enquanto vozes da esfera pública nacional.

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

Junho Fascista

Fascismo, aqui, possui um teor antidemocrático. Suspeita – ou até mesmo nega – dos mecanismos democráticos, das instituições representativas e de sua eficiência social e política. Assenta suas hesitações e tece suas críticas sobre discursos turvos, que descartam as causas estruturais e outros problemas diretamente políticos da discussão a respeito do mal-estar da vida política nacional, centrando-se em demonstrações violentas – agressão aos manifestantes que levantavam bandeiras de partidos políticos – e em argumentos que passam por um moralismo despolitizante, ou porque foca nas qualidades pessoais e privadas como remédio para a corrupção, ou porque relaciona a incidência da corrupção diretamente à postura do partido político governante. Um outro fator antidemocrático reside no não-reconhecimento, na negação do “outro” a partir do qual a lógica fascista opera, recusando o fato de que possam existir interesses, visões de mundo e opções políticas divergentes da sua.

A partir de um breve balanço da transição democrática brasileira, Fabiano Santos questiona a silhueta das manifestações do mês de junho de 2013. Segundo ele, o saldo da transição é positivo tanto dos pontos de vista político, econômico e social, em eficiência econômica e em coerência democrática.

Para sua argumentação, além da soma de repressão policial, inabilidade das autoridades locais ao tratar a questão inicial das manifestações – contra o aumento no valor dos passes de ônibus – e potencialidade conflitiva inerente a essas manifestações, há outro elemento capaz de explicar, não só a grande proporção que as manifestações de junho de 2013 tomaram, mas também, a crescente presença da “equação fascista” (2013a, 2013b) na vida política brasileira. Santo se surpreende com a forma da convocação e organização das manifestações de junho, em sua narrativa descreve esta como uma forma típica das redes sociais, que conecta e convoca indivíduos que não necessariamente possuem características política, ideológica e organizacional semelhantes entre si. Isso implica que essa forma de convocação específica conclamou as ruas pessoas sem vínculos consistentes, nem saldos organizativos prévios. Estariam todos reunidos somente por uma mesma emoção, a saber, sentir a euforia de protestar e performar sentirem-se partem de um movimento de massas gigantesco.

A partir do momento em que a pauta inicial das manifestações foi atendida por São Paulo e tantos outros governos estaduais e municipais, a disputa pelo significado das ruas, que começara a se esboçar, foi vencida pela “equação fascista”, que após extenso intervalo de bloqueio voltou a ser verbalizada e disseminada pela “*common parlance*” (2013a, p.18).

Conforme expõe em nota, a “equação fascista” diz respeito à atitude política autoritária, intolerante à pluralidade de opiniões e interesses existentes na sociedade, operando segundo lógicas primitivas de não reconhecimento. Segundo tal lógica, o problema central que assola toda a sociedade brasileira residiria naquilo que é “político” – nos partidos políticos, nos políticos eleitos, em toda a extensão dos poderes Executivo e Legislativo – em detrimento das ditas “instituições ‘formais’ de controle”, como o Judiciário e o Ministério Público, instituições formadas por homens idôneos e de bem, mas que estariam material e institucionalmente limitados no combate à corrupção.

Dado que a esmagadora maioria da população é pobre e ignorante, beneficiária de rendas e serviços transferidos pelo governo, pela máquina pública, corrupta em sua origem, o eleitor, na verdade, seria, em última instância, cúmplice da engrenagem. Na equação fascista, em outras palavras, o voto popular estaria na raiz mesma do nosso problema político. (2013a, p.19)

Tal visão se tornaria fascista na medida em que, no limite dessa desconfiança para com a política representativa, reside uma relação falsa entre renda e capacidade de escolher representantes, entre massificação do voto e manipulação por parte dos políticos. Assentada sobre uma relação simplista, que arbitrariamente atribui equivalência entre duas variáveis, a “equação fascista” não reconheceria práticas, opiniões e orientações político-ideológicas divergentes da sua.

Nessa mesma linha, podemos perceber uma proximidade tácita entre a forma das manifestações de junho e a “equação fascista”, uma vez que, ao contrário de pautas específicas e claras distinções político-ideológicas, um sentimento difuso ditava o ritmo das manifestações e que, ao contrário de uma orientação estratégica e consciente, o desejo de “fazer parte de um movimento de massa de proporções inéditas” (2013b, p.35) era suficiente para expiar a indignação difusa. Em suma, ambas são descomplexificadas e não falam a linguagem (institucional) democrática.

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

O “inferno urbano” (2013a) e a forma de convocação e organização via redes sociais, segundo Marilena Chauí, contribuíram para a amplitude das manifestações de junho de 2013. O inferno urbano, tanto no ponto de partida de junho, quando a pauta girava em torno do transporte público, quanto em seu ponto de chegada, crítica e desconfiança nas instituições políticas – no entanto, na forma de uma crítica fascista, como veremos mais adiante –, foi o alvo da indignação e revolta dos manifestantes, que possuem condições de vida degradantes, principalmente no caso das grandes cidades brasileiras, como é o caso da cidade de São Paulo, foco de sua análise – exclusão; transporte individual inflacionado; péssimas condições de transporte público; e domínio do interesse privado graças aos partidos governantes, oligarquizados. As redes sociais, por sua vez, a partir de sua forma de convocação transformaram as manifestações em um movimento de massas, levando milhares de pessoas às ruas.

A autora aponta problemas das redes sociais que facilitam a apropriação do movimento de junho pela direita. Segundo ela, o protagonismo das redes sociais produz nos manifestantes o “pensamento mágico” (2013a, 2013b), em que uma estrutura técnico-científica pré-estabelecida das redes, ao qual o usuário desconhece, dá a este a falsa sensação de que basta um clique para provocar qualquer mudança. Assim, suas manifestações assumiriam a forma de evento, sem qualquer saldo organizativo ou concreto. Por último, devido a essa estrutura das redes sociais, transpassariam a sensação de homogeneidade, sendo ofuscadas a diferença ideológica, a divisão social e a existência de poderes tácitos, que levam os manifestantes à incompreensão do campo político-econômico no qual se movem, impedindo a politização e a percepção da polarização, necessárias para que a fagulha da “invenção democrática”, de uma nova práxis política, esboçada em junho pudesse tomar forma.

Chauí afirma que esse discurso que nega as mediações institucionais é o mesmo discurso ideológico dos meios de comunicação e da classe média. Esclarecendo, então, o porquê da absorção do discurso da classe média pelas manifestações de junho de 2013, Chauí aponta que foi a velha classe média quem compôs predominantemente as manifestações. Inclusive, ela aponta que as três abominações da classe média são visíveis durante as manifestações do mês de junho:

É por isso que eu falo nas “três abominações” que definem essa classe média: trata-se de uma abominação política, porque é fascista; uma

abominação ética, porque é violenta; e de uma abominação cognitiva, pois ela é ignorante. Eu acho que muito do que as ruas mostraram no Brasil inteiro foram essas três abominações (2013b).

Confluindo aqui as discussões sobre o ponto de chegada de junho – crítica às instituições políticas, mais especificamente crítica à corrupção e recusa dos partidos políticos – e sobre os problemas das redes sociais, começa-se a entender o que Chauí denota através do termo “fascista”.

A centralidade do uso das redes sociais acaba ocorrendo na forma do “pensamento mágico”, recusando a mediação institucional, que demanda continuidade no tempo e organização institucionalizada, para poder demandar e alcançar resultados democráticos, fato que facilita a apropriação da manifestação pela direita. À maneira da classe média, os manifestantes assentariam sua recusa às instituições em lógicas abominosas, pois nas manifestações não lutaram por reforma política, nem muito menos indicavam as causas do mal-estar institucional – a saber, a “estrutura autoritária da sociedade brasileira” e um “sistema político-partidário montado sobre os casuísmos da ditadura” (2013a, p.5). Também porque reproduziram a noção de que os partidos políticos são corruptos por essência e bravejaram palavras de ordem que individualizam a questão da corrupção, ao indicarem a índole individual como alternativa para a incidência de corrupção.

Na opinião de Marilena Chauí, uma verdadeira democracia, no molde de uma república democrática, não pode prescindir da mediação institucional. Muitos discursos que apareceram em junho – por exemplo, “meu partido é meu país” – remetem, na visão de Chauí, aos discursos uma vez projetados pelo fascismo e nazismo, e se fundamentam sobre críticas seletivas e distorcidas da política e de suas instituições, como vimos acima. Por fim, a violência desferida contra manifestantes de esquerda, sob a égide “sem partidos”, é outro elemento fascista, pois é de uma natureza na qual visa a eliminação do outro; em outras palavras, não reconhece a legitimidade de manifestação e opinião do outro.

Para o cientista político Leonardo Avritzer, a democracia brasileira representou grandes saltos qualitativos em relação ao período autoritário, porém, por volta de 2013, começou a esboçar impasses no exercício da oposição, no presidencialismo de coalizão,

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

na participação social e no combate a corrupção (2016a). O ponto de partida central das manifestações de junho de 2013, na visão de Avritzer, reside no limite da participação social, que durante o governo petista priorizou a participação institucionalizada, deixando de incluir alguns setores da sociedade, como a classe média, e prescindindo da participação em áreas importantes, como a infraestrutura.

Até o dia 17 de junho, Avritzer observava uma fissura no campo da participação social, ou seja, ainda predominava parte da esquerda que rompeu com o governo, bem como fomentava um movimento de pluralização da mídia, dos atores e dos temas (conservadores, progressistas, etc.), incitados pela tendência democratizante da rua. No entanto, do dia 17 em diante – ainda que sob o estímulo da pluralização – a esquerda perde o monopólio da participação social, primeiro sinal de um processo que transcende Junho, e que viria a predominar nas eleições de 2014, nas manifestações de 2015 e culminando com o impeachment da Presidenta Dilma, a saber, a polarização.

Em seu livro “Impasses da democracia no Brasil”, Avritzer defende que os limites que irromperam em Junho de 2013 poderiam ser positivos para a democracia, uma vez que, à princípio, indicavam aberturas para a pluralização (como é o caso da volta da separação entre participação institucionalizada e não institucionalizada e o fim do monopólio da participação social pela esquerda) e, por isso, acreditava que fossem solucionáveis dentro do próprio padrão de participação social, com um aprofundamento do projeto político democrático desenvolvido desde o período de redemocratização; bem como acreditava que isto estancaria a crescente polarização da sociedade brasileira. Porém, os eventos posteriores conduziram ao recrudescimento da polarização: ascensão e fortalecimento de sites e perfis com agendas conservadoras; acirramento da disputa eleitoral em 2014; manifestações de 2015, com pautas puramente negativas (impeachment); americanização da oposição no Congresso Nacional; e mudança no padrão de participação social, agora “extra-institucional”, ou melhor, concentrada em associações privadas, e encabeçada pelos setores da classe média (2017a, 2017b). É possível perceber essa transição para a polarização nas principais pautas levantadas pela classe média tradicional – pelos filhos desta –, principal ator nas manifestações de junho de 2013 (2016a, 2017a):

Rompe-se uma interdição das manifestações de fundo conservador, que não ocorriam desde 1964. Instala-se uma agenda ofensiva em relação ao

governo Dilma que não refluí mesmo após a eleição dela, em outubro de 2014, e que é reforçada a partir de março de 2015. A agenda da corrupção a partir de um corte conservador torna-se pauta dos setores conservadores no país [...] (2016a, p.81).

Com o decorrer das semanas de junho essas duas pautas passam a ser central, a crítica ao governo Dilma e a denúncia à corrupção vista por uma perspectiva despolitizada, pois oscilariam entre atribuir a incidência da corrupção diretamente à postura do partido político governante ou à própria prática política (2016a, p.73), tomando, assim, a forma de uma reação à política e aos políticos. As manifestações de 2015 se manteriam democraticamente lesivas, pois dar sequência àquelas pautas já presentes em junho de 2013 – agora sob a forma do pedido de impeachment –, seria conservar o aspecto negativo da indignação (sem propor qualquer pauta positiva para um aprofundamento democrático) e manter-se numa crítica descomplexificada que, de maneira primária, seleciona e equaciona os alvos de sua indignação.

No entanto, antes de conceber a classe média como algo unitário, Avritzer aponta para um processo de realinhamento social dentro da classe média (2016a, 2016b), em que a nova classe média mantém seu apoio às políticas distributivas e de inclusão social, enquanto a classe média tradicional – tendo seu status, poderes econômico e social afetados por essas mesmas políticas – passa a posicionar-se contra o governo e o sistema político, desembocando, por vezes, na suspeição em relação à democracia. Esta última, segundo Avritzer, além de peça central nas manifestações de junho de 2013, seria a principal protagonista da nova direita que, além de misturar elementos clássicos e contemporâneos da direita, utiliza as ruas como elemento acessório, dando mostras de intolerância política na medida em que atacam os direitos civis, a governabilidade e a separação entre religião e Estado.

Junho Autonomista

A chave Autonomista remete à democracia em sua dimensão mais densa e substancial. Estrutura-se a partir da noção de que as maneiras mais justas de fazer política passam pela necessidade de ampliar o espaço de deliberação e participação social e política. Nessa lógica, deve haver uma aproximação entre a dimensão política e a vida cotidiana dos cidadãos, seja em vista da institucionalização, seja pela insurgência

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

que participa diretamente e de maneira não institucionalizada. Seu objetivo é, sempre, incluir a pluralidade nas diversas esferas da política.

Para Marcos Nobre, o traço comum das manifestações de junho de 2013 reside na rejeição ao “pemedebismo”, mais especificamente, ao conservadorismo e à despolitização, frutos do distanciamento que este imprime na relação entre o sistema político e a sociedade. No processo de redemocratização há duas dinâmicas destoantes: inclusão cidadã e “pemedebismo”. Este último impediu o pleno desenvolvimento da primeira dinâmica, pois formou:

Uma juventude que cresceu vendo uma política de acordos de bastidores, em que figuras políticas adversárias se acertam sempre em um grande e único condomínio de poder, não tem modelos em que basear uma posição própria, a não ser o da rejeição em bloco da política. Quem nasceu da década de 1990 em diante, por exemplo, não assistiu a qualquer polarização política real, mas somente a polarizações postiças, de objetivos estritamente eleitorais. O pemedebismo minou a formação política de toda uma geração. (2013, p.12).

A novidade de junho consiste, então, na politização da sociedade brasileira, que saiu às ruas reclamando por diversas pautas, nas vozes de diversos atores, expressando indignação e aspirações vindas de todos os lados. Isso, na visão de Nobre, significa que, de maneira inédita, as manifestações de junho, não mais simbolizam a transição democrática (redemocratização), e sim a democratização, em outras palavras, não mais a mobilização por pautas unificadas, agora sim, em nome, dos diversos, e por vezes antagônicas, interesses particulares presentes na sociedade. Desta forma, o que se prefiguraria já em junho seria a polarização² que – como principal sinal do início do processo de democratização –, no entanto, se desdobra de maneira contraditória no sistema político e na base da sociedade. Enquanto os conflitos se agudizaram nessa última e Junho abriu caminho para a politização, na medida em que rechaça essa lógica de bloqueio institucional; o sistema político foi incapaz de corresponder à polarização da sociedade, reagindo ao novo cenário por meio da própria lógica “pemedebista” reforçando-a, ou buscando restaurá-la – radicalização da falsa polarização nas eleições de 2014, governo de restauração de Temer e as desesperadas tentativas do sistema

² Ao contrário de Avritzer, Nobre não atribui ao termo “polarização” uma conotação pejorativa. Para ele a polarização não constitui um entrave para a solução dos impasses da democracia brasileira, na verdade, demonstra que caminhamos para um aprofundamento democrático.

político em se proteger da indignação popular e da operação Lava-Jato (2016). Assim, podemos afirmar que, por um lado, Junho implica no colapso do arranjo institucional elaborado pelo “pemedebismo” e no aprofundamento democrático, ou seja, na possibilidade de transformar as instituições e de promover a diversidade de pautas e interesses previstas na “inclusão cidadã”. Por outro lado, se na atual conjuntura o sistema político não fornece indícios de reestruturação, mas somente sinais de esgotamento e restauração, marcam o crescente rechaço e intolerância à política institucional na forma de um novo e crescente ativismo na base da sociedade (2016, p.147).

É importante salientar que essas duas tendências (possibilidade de transformar as instituições e rechaço à política institucional) não são excludentes; demonstram, na verdade, a diversidade das forças políticas presentes na sociedade que contrárias ao arranjo “pemedebista” renitente deveriam se organizar em vista de uma reformulação e reorganização político-institucionais. Para Nobre, superar o “pemedebismo” passa pela necessidade de criar novos espaços de participação e deliberação que indiquem uma direção oposta àquela das macro-estruturas de um regime democrático e do Estado, das maneiras de produzir decisão e consenso, que não se limite a ser formalmente democráticas, mas que torne a própria vida política democrática.

Além dessa polarização que, em seu inimigo comum (pemedebismo), devem – na visão de Nobre – encontrar as razões para uma reorganização baseada em formas de participação e deliberação enraizadas e cotidianas, haveria outro saldo relevante no sentido de combate ao atual sistema político: apesar da diminuta institucionalização das forças despertadas em Junho (2015), Nobre defende que Junho ressoa sobre o sistema político na forma de uma “ameaça cidadã” (2013, 2015), como uma lembrança da capacidade de exteriorização das insatisfações e aspirações e como um prenúncio de algo que pode voltar a abalar as estruturas a qualquer momento. Assim, por um lado, Nobre deposita nessa “ameaça” uma força política capaz de romper com o “pemedebismo”, enquanto do outro, rastreia forças concretas que, por trás de sua indignação geral e polarização, apontariam para um aprofundamento democrático.

Para Paulo Arantes, Junho de 2013 põe fim ao consenso de “paz armada”, que seria, em suas palavras, a “contrainsurgência sem insurgência” (2014a; 2016), em outras palavras, uma tática de governo e de gerenciamento em andamento desde a transição

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

pós-ditadura militar. Além de trazer as UPP's (Unidade de Polícia Pacificadora) como exemplo, apresenta outro que pode nos ajudar a compreender o que ele quer dizer com “paz armada”: a correspondência crescente entre Democracia e Estado de Direito, em que ocorre a “gradativa submissão do político ao ordenamento jurídico” (2014a). A denúncia que ele faz aqui é a mesma que indica o significado de Junho: “[...] Junho foi, antes de tudo, sobre isto: sobre como somos governados, como nos governamos e como não queremos mais saber disso.” (2014a).

Para entender Junho de 2013 na ótica de Arantes, é preciso perceber o caráter paradoxal da doutrina de “contrainsurgência sem insurgência”. Para se legitimar tal tática seria preciso imaginar um inimigo, projetá-lo como horizonte temível contra o qual se fazia necessária a contínua “pacificação”. Como o próprio autor diz, nesse “novo tempo do mundo” a ordem de chegada dos atores em cena estava trocada (2014a), por isso a chegada dos atores insurgentes foi posterior ao seu anúncio pelos agentes da contrainsurgência.

Ainda que o enredo – e a narrativa intrincada de Arantes – transmita a aparência de *farsa*, é somente “pelas artes de seu contrário” (2014a) que a insurgência pôde emergir numa era em que o capitalismo teria se tornado algo “absolutamente improfanável”. Junho de 2013, uma revolta popular, só teria conseguido transbordar essa sua tendência insurgente, pois a massa que estava manifestando-se seria socialmente marginal, pois sua inserção seria de caráter subalterno, de segunda mão. O desamparo e falta de discurso das massas, fruto do caráter de sua inserção, significariam que foram menos absorvidos pelas políticas que surgem do consenso entre Democracia e Estado de Direito; somente assim teria sido possível perceber a maneira e o grau em que os cidadãos são governados.

No entanto, apesar da doutrina da “contrainsurgência sem insurgência” ter gestado Junho de 2013, seu avesso profanatório, ela finalmente encontrou um inimigo contra o qual ela pudesse se justificar num conflito, agora, desvelado. É nesse sentido que Arantes explica o título de seu ensaio “depois de Junho a paz será total”: uma ideia contra-intuitiva retirada de Marcuse, em que se pretende dizer que estamos num estado de mobilização geral entre forças desniveladas – talvez até demais, como veremos na próxima seção –, mas que estão em movimento (2015).

O que vemos nas manifestações de junho de 2013, na visão de Breno Bringel, é a manifestação geral e difusa de indignação. Nas suas palavras, vivenciamos no Brasil algo presente pelo mundo todo, uma “geopolítica da indignação global”. Definida como um estado de ânimo, essa indignação trabalha com temas como democracia, justiça social e dignidade (2013, p.46) e volta-se contra o sistema político e às formas de ação e organização políticas existentes. Seus manifestantes:

[...] associam sua insatisfação a uma rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política (inclusive a certos movimentos sociais e sindicais hierarquizados e ligados ao aparelho estatal). Querem participar da vida política, mas não encontram canais adequados. Para muitos deles, conselhos, fóruns e espaços institucionalizados não são suficientes e mostraram seus limites nos últimos anos (2013, p.46).

Recusa as formas políticas vigentes porque a amplitude da participação social daí decorrente e, por conseguinte, os saldos democráticos advindos dessas formas, não são suficientemente ampliados, de forma a incluir setores, interesses, formas de vida, novos direitos e direitos constitucionalmente previstos. E, por ser pouco ampliada, a participação encontra-se canalizada por meios institucionais, assim, acaba por preocupar-se e incidir mais sobre a política do que sobre a sociedade.

No entanto, é importante salientar que o caráter difuso dessa indignação faz-se mais presente durante a fase que Bringel chama de “catártica” (2017). No entanto, isso não significa que essa indignação reside somente nesse momento, nos artigos dele é perceptível que esse estado de ânimo se estende tanto aos anos posteriores, porém, assumindo formas polarizadas, quanto mantém seu núcleo preservado na virtualidade da “geopolítica da indignação global”. Para explicar essa processualidade ele apresenta a noção de “transbordamento societário”, que marca o momento a partir do qual a mobilização transcende os movimentos iniciais, que tinham como pauta a tarifa das passagens de ônibus, alcançando outros setores da sociedade. Tal transbordamento levaria a uma “confluência ambígua”, na qual

[...] um amplo espectro da sociedade está mobilizado em torno de uma indignação difusa, portando diferentes perspectivas e reivindicações, que coexistiram no mesmo espaço físico e às vezes com um mesmo lema (contra a corrupção ou contra o governo), embora com construções e horizontes muito distanciados e em conflito. (2015, p.8)

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

A conseguinte “fase de decantação” demarca uma crescente polarização, na qual a indignação passa a se deslocar para mobilizações e objetivos mais delimitados, e passa a se dividir claramente os atores sociais e políticos – fato que se nota no cenário eleitoral de 2014 e que dita o ritmo dos eventos de 2015. Partindo dos “repertórios” mobilizados por Alonso e Mische (2015), mas creditando existências mais concretas a estes, Bringel situa o conflito político principalmente entre os “campos” “patriótico” e “autonomista”. Estes dois ditaram a organização das forças políticas e as mobilizações que ocorreram ao longo dos momentos pós-junho de 2013, o que implicaria admitir que toda a atmosfera iniciada em junho não está isenta da contradição e heterogeneidade.

Na base de todos esses “campos” e “fases”, Bringel aponta que Junho de 2013 marca o início de um novo ciclo de ação coletiva que, por sua vez, carrega a configuração de um novo ativismo (2015); bem como a restituição de uma “conjuntura aberta” ao cenário político brasileiro, marcando o início de um novo ciclo político (2016). As ruas como palco dos conflitos é a característica básica do novo ciclo de ação coletiva – manifestações de junho de 2013 e do ano de 2015 –, que possui a potencialidade de alterar a relação entre Estado e sociedade, dissolvendo, inclusive, ciclos de ação política antigos.

As mobilizações de 2013 e de 2015 estão associadas, no espaço, a uma nova “geopolítica da indignação global” e, no tempo, a uma ruptura com ciclos políticos, sujeitos, práticas e concepções prévias. Pode-se falar de uma reconfiguração do ativismo no Brasil que afeta os atores, as práticas, as formas de mediação, a expressividade e suas matrizes discursivas e visões de mundo. (2015, p.14)

Os novos elementos da ação política que a partir de Junho tomam forma são responsáveis por inúmeras mudanças no ativismo. Essa ação é definida como “viral, rizomática e difusa” (BRINGEL, 2013, p.45), abre mais espaço para os indivíduos, aproximando a participação política da vida cotidiana, descentrando os sujeitos e organizações políticas, fornecendo expressividade e discursividade mais mediáticos e performáticos e visões de mundo menos dogmáticas e mais libertárias. Essa reconfiguração pode indicar melhoras substantivas em matéria de politização, uma vez que a volta das ruas enquanto palco de conflitos sinaliza uma vontade de reinvenção da política, possui caráter formativo e pedagógico na vida política dos indivíduos e “[...] expressam uma ativação da cidadania e uma repolitização do social.” (2013, p.51). Esse

novo ativismo se faria presente no campo autonomista, podendo ser percebido, por exemplo, no renovado movimento de secundaristas. Da mesma forma que, fora desse novo ativismo, mas inserido no atual ciclo político vivido no país – aberto e disputado –, no campo patriótico, vemos setores conservadores convocando manifestações e se mobilizando nas redes sociais e no Congresso Nacional.

Saldos, sentidos e permeabilidades/interseções

Os sentidos e saldos de Junho, em Fabiano dos Santos, são fascistas. O sentido principal que fica das manifestações de junho reside naqueles que passam a dar as caras a partir do momento em que a pauta inicial foi atendida. Daí em diante a “equação fascista” venceu a disputa travada pelo significado das ruas, foi o seu discurso que imperou e se propagou pela linguagem comum da população. Desta forma, o saldo produzido é fascista, não somente porque a “equação fascista” ganha força de palavra, mas porque há na atual conjuntura a disseminação da lógica fascista pela classe média, pelos novos movimentos supra e apartidários e pela agenda conservadora no plano político institucional (2016a, 2016b).

Ao contrário de Santos, na visão da Marilena Chauí Junho não é fascista per si. Em seus textos ela afirma que o movimento de Junho passa pelo meio da esquerda e da direita, que tentam apropriar-se de seu significado. No entanto, pelo fato de serem manifestações organizadas pelas redes sociais – que, em sua opinião, facilitam a apropriação do movimento pela direita – e por serem compostas predominantemente pela classe média tradicional –antidemocrática e moralista, pois recusa a mediação institucional a partir de críticas fascistas, e moralistas – seu sentido caminha na direção da chave “Fascista”. Ainda que tenham indicado a possibilidade de construir uma nova práxis política – à maneira lefortiana –, as manifestações não foram capazes de se voltar contra os traços autoritários remanescentes na estrutura social e política brasileira.

A situação da interpretação do Leonardo Avritzer é um pouco mais delicada. Os sentidos e saldos de Junho se aproximam à feição da chave fascista. A classe média tradicional, perfil central dos manifestantes, devido a motivos já citados acima, mobiliza discursos de ataque à democracia, mais especificamente, aos avanços em matéria de inclusão social, arduamente conquistados ao longo da democratização brasileira. Esta mesma é também responsável pela crescente influência do conservadorismo na política

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

brasileira (2016b, 2017a, 2017b), suas pautas se incorporam no novo padrão de participação social e na americanização da oposição no Congresso Nacional. É interessante notar que, como alternativa à polarização, dois outros saldos, imediatos a Junho (restabelecimento da separação entre mobilizações institucionais e não institucionais e rompimento do monopólio do governo e da esquerda sobre a participação social), indicariam a possibilidade de pluralização que, segundo Avritzer, somente seria possível por meio de um aprofundamento do processo democrático iniciado com a Nova República (2016a). No entanto, como vimos acima, a polarização tomou conta dos eventos políticos no Brasil e, inclusive, a mudança no padrão de participação social aponta para uma direção distinta àquela desejada por Avritzer: não é uma continuidade do projeto de redemocratização, mas sim um rompimento com este. Assim, podemos dizer que, em Avritzer, os sentidos e saldos que imperam de Junho são próximos à chave fascista, uma vez que são os projetos de setores conservadores que seguem pautas e lógicas despolitizantes – avessos à complexidade e multiplicidade de atores, causas e fatores –, que estão ocupando o centro da cena política e alterando padrões e dinâmicas basilares.

No caso de Marcos Nobre, os sentidos de Junho são evidentemente autonomistas. Não só recusou o bloqueio peemedebista, como também reinstituiu a polarização da sociedade por meio das ruas, consequentemente dando início a um processo de politização da mesma. Uma politização que passa por um movimento, presente no Brasil e no mundo, no qual a sociedade deseja cada vez mais tornar-se sujeito político, institucionalizando novos espaços de participação e deliberação que vão além da relação vertical entre Estado e sociedade. No entanto, seu saldo carece de institucionalização, até o momento logrou desestabilizar o sistema político e fixar a “ameaça cidadã”, produto legítimo de Junho, lembrança e sensação instituído de que Junho pode voltar a qualquer momento (2013, 2015). O sistema político, por sua vez, permaneceu incapaz de compreender a negação de Junho ao “pemedebismo”, reagindo a Junho por meio da própria lógica “pemedebista”. Assim, não somente houve incompreensão por parte do sistema político, como também os acontecimentos posteriores são sinais do crescente distanciamento entre a base da sociedade e um arranjo institucional que persiste em restaurar-se.

A visão de Paulo Arantes a respeito de Junho é, inegavelmente, autonomista. Se Junho de 2013 é o avesso profanatório da tática de governo aprofundada desde a ditadura militar, ou melhor, a partir da transição democrática, se Junho é sublevação contra as táticas de governo (e o próprio capitalismo), que tratam de recalcar as tendências insurgentes das massas populares e de engolir toda forma de manifestação e reivindicação política e transformá-la em gestão de política pública, em maneira de regular os cidadãos; então o que as ruas indicam é a vontade em participar e a capacidade popular de agir democraticamente por vias diretas, sem a mediação do Estado e do sistema político, instituições alheias e reguladoras da potência insurgente da massa popular. No entanto, a partir de registros posteriores (2014b, 2015, 2016) sua ideia de “paz total” – que presume a existência de dois atores em confronto descoberto, num estado de exceção igualmente descoberto – parece sufocar o polo profanatório que surge em Junho de 2013, pois ao tratar da conjuntura pós-2013 (“pacote de ilegalidades no Rio de Janeiro”, manifestações de 2015 do “golpe de 2016”, etc.) Arantes só aponta/identifica uma continuidade no lado dos agentes da constrainsurgência, como é o caso da intensificação da indistinção entre norma e exceção como tática de governo; enquanto que o polo profanatório é desfigurado a ponto do termo “insurgente” vir também a ser atribuído a uma “direita sem freios” cultivada e despertada pelos longos anos de lulismo – um pacto conservador por excelência (2015) – que, ao contrário de ameaçar e profanar a “pacificação”, contribui para perpetrá-la (2014, 2016). Assim, Junho de 2013 é autonomista enquanto um ato profanatório sitiado em alguns meses de 2013 (2014a).

Da mesma forma, só pode se afirmar como tal na medida em que se exime dos eventos posteriores. Na razão inversa da continuidade traçada entre a transição democrática e seus eventos mais recentes, Junho de 2013 é um ponto fora da curva, dificilmente identificável naquilo que Arantes chegou a chamar de “polarização assimétrica” (2014b) própria da “paz total”. Se antes de Junho 2013, Arantes critica o paradoxo da “paz armada” em anunciar um fantasma (“constrainsurgência sem insurgência”), com a “paz total” é o próprio autor que o anuncia.

Em Breno Bringel, podemos apontar a “repolitização do social” (2013) como saldo inegável de Junho. No entanto, para entender a posição de Bringel em relação à chave autonomista é necessário perceber que Junho marca tanto o início de um novo ciclo de

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

ação coletiva quanto o de um ciclo político – o autonomismo remete ao primeiro ciclo e se faz presente no segundo. Esse novo ativismo, nas palavras do autor, está mais enraizado na vida cotidiana dos indivíduos, e se mostra organizacionalmente horizontal e libertário. Seus saldos se fazem perceber nas próprias manifestações de Junho, mas também incidem sobre os imaginários individuais e coletivos e sobre a horizontalidade de novas formas de participação e mobilização. Diferentemente dos outros intérpretes da chave autonomista, Bringel não exime os sentidos de Junho do acirramento dos embates políticos posteriores, nem muito menos conecta Junho e a realidade política ulterior de maneira virtual – como pura potência. Assim, o curto ciclo de protestos em junho de 2013, marcado principalmente pelo “transbordamento societário” é o primeiro sintoma do novo ciclo político aberto por Junho. Esse transbordamento se relaciona com a polarização e a radicalização, próprias desse ciclo, uma vez que deu vazão à exteriorização de uma indignação global – no duplo sentido, de ser comum a diversos setores e de estar conectada a uma tendência global – que, com o tempo decantou em “campos” definidos e polarizados em disputa pelos significados de Junho e pelos caminhos políticos que se edificam adiante. Dessa forma, podemos aferir que Junho possui sentido e saldo autonomistas, mas que estes se inserem num ambiente político que, muito mais que fascista ou autonomista, indica a “*apertura*”³ vivida no país.

Assim como Marcos Nobre e Bringel, Alonso e Mische atentam para o fato de que os manifestantes mobilizarem um mesmo tema não significa que sejam motivados pelos mesmos interesses, pelas mesmas visões de mundo, nem muito menos que sugerem as mesmas alternativas. Como elas mesmas apontam, há, em Junho, uma gramática comum disponível e passível de manipulação pelos diversos atores da sociedade (BRINGEL e PLEYERS, apud TILLY, 1978, p.8), o que implica em admitir que, nem Junho, nem a realidade política posterior, são “unos”, e que, nem poderiam o ser. Isso implica perceber que não só os atores estão em disputa e que disputam os sentidos e saldos de Junho, mas que os intérpretes também fazem parte dessa disputa e nela se inserem. Da mesma forma que, com isso, é possível localizar proximidades e tensões

³ Em seu texto de 2016, em espanhol, Bringel se refere à mesma ideia de “transbordamento societário” por meio de um outro termo, “*apertura societária*”. Essa diferença de nomenclatura é interessante na medida em que conecta um elemento próprio de Junho – “transbordamento” – à polarização e incerteza do cenário político ulterior.

entre as chaves de interpretação “Fascista” e “Autonomista”, sem com isso inferir que ambas são substancialmente, ou então secretamente, idênticas. Tal constatação desloca a disputa e a polarização do campo dos acontecimentos vividos para o campo da narrativa.

Uma primeira permeabilidade entre as duas chaves reside na identificação de certas proximidades que, no entanto, ao serem desenvolvidas, se afastam, dado os distintos diagnósticos de cada chave. Além da rua e da indignação geral, as duas chaves compartilham a crítica à mediação, aos partidos políticos e ao sistema político. Como vimos claramente por meio de Santos e Chauí, a lógica fascista é avessa a mediação político-institucional, fato que demonstra sua proximidade com ideias historicamente antidemocráticas – autoritarismo, fascismo, nazismo. Ela vislumbra uma noção artificial de unidade – à moda do mote “meu partido é o meu país” – que, no fundo, repele a pluralidade de interesses e opções políticas, impedindo o reconhecimento e reforçando a despolitização, da mesma maneira que a crítica aos partidos políticos e ao sistema político opera segundo uma operação moralista, que não aponta as causas estruturais da corrupção e dos déficits democráticos, centrando as críticas em qualidades próprias do âmbito privado e transpondo-as ao âmbito público.

Já a chave autonomista direciona sua crítica aos limites que as instituições políticas tradicionais representam para a própria democracia. Segundo sua lógica, os partidos políticos e os meios de participação social existentes no sistema político são insuficientes, pois não aproximam, nem conectam a sociedade e seus indivíduos à participação e decisão política. Pretende alargar o princípio democrático de reconhecimento, inclusão e participação, seja por meio da “cidadania insurgente”, seja na forma de uma nova ação política, ou pela institucionalização de novos meios de participação e deliberação.

Uma segunda permeabilidade que se faz importante salientar reside nas interpretações de Leonardo Avritzer e de Breno Bringel, duas figuras limítrofes dentro de suas respectivas chaves interpretativas, pois não se inserem na unilateralidade e univocidade de cada chave sem, no entanto, despertar o desconforto dos olhos daqueles que insistem em argumentar que Junho não se exauriu ou levou a uma total perda, mas é paralítico, cheio de aberturas e contradições. A ascensão do conservadorismo, para

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

Avritzer, ainda que descomplexificada, não representa um inequívoco sinal de esfacelamento da institucionalidade democrática; é, antes, sinal de repolitização de um setor específico (participação social, postura e pautas no Congresso Nacional) que, inserido num processo de polarização – nas narrativas de trabalhos mais recentes de Avritzer (2016b, 2017a, 2017b) – transmite a incômoda sensação de uma polarização manca, mas não a ausência desta. Bringel restitui a abertura a este processo de polarização, demonstrando que aquele estado de ânimo presente em Junho mantém um núcleo preservado na virtualidade da “geopolítica da indignação global”, mas se estende também aos anos posteriores à Junho. Distanciando-se, assim, da chave autonomista, uma vez que o limite desta reside na conservação dos sentidos de Junho num lapso atemporal, que pretende se livrar da responsabilidade e da gravidade dos fenômenos e dos cenários políticos dos anos seguintes.

Há uma última permeabilidade que cabe esboçar. A gramática comum não se limita a um determinado número de proximidades que, no entanto, se afastam para compor polos interpretativos. Estes mesmos se aproximam para defender certos princípios – ainda que, novamente, ao aproximarem-se nesse sentido revelam outros/novos dissensos ao nível da teoria sociológica e política – como democracia, participação e pluralidade. Enquanto a chave fascista defende esses princípios por meio de uma construção negativa de Junho, a autonomista reivindica os mesmos por meio de uma construção positiva de Junho. Assim, a interseção entre as duas chaves interpretativas no que toca a essa gramática comum, além de assinalar semelhanças naquilo *que* dizem, aponta para a maneira como as chaves desenvolvem suas críticas e interpretações, ao *como* dizem. A forma como se voltam para as manifestações de junho de 2013, os aspectos enfatizados em suas elaborações teóricas a respeito de Junho, os sentidos e saldos reivindicados de Junho, a preferência pela especificação ou subjetivação do(s) ator(es) de Junho, a interpretação construída a respeito do processo de democratização brasileira; tudo isso nos direciona à percepção de que não apenas o vivido é marcado pela disputa, de que a narrativa a respeito deste também é e, conseqüentemente, que passado, presente e futuro estão em aberto. Isso significa – à maneira da interpretação de Gagnebin a respeito de Walter Benjamin (1994) – que, a narração a respeito de um acontecimento não é fruto de um mero esclarecimento ou

elucidação e que, por isso, não se encarrega somente de ordenar/restaurar aquilo que ocorre na esfera do vivido, mas é objeto/instrumento de disputa e significação da própria realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma maneira possível de encontrar a riqueza narrativa de Junho de 2013 passa por ter em conta a proximidade deste com a dimensão dos problemas e embates políticos posteriores, protagonizados desde as esferas político-institucionais, passando pelas diversas esferas da sociedade, até a vida cotidiana. O acirramento que vivenciamos nas ruas, nas urnas e nas redes sociais dão o tom da tensão pela qual a política brasileira passa, de forma que as chaves interpretativas podem constituir meios de vislumbrar caminhos de interpretação de tempos profundamente nebulosos, em que o sentido das mobilizações parece pouco discernível até para os mais agudos filósofos, sociólogos e cientistas políticos. No entanto, não devemos esquecer que a principal contribuição destas chaves não está na versão hermética, fechada, que cada uma formula a respeito de Junho, mas sim na suspensão que experimentam ao confluírem em diversos pontos inesperados.

Assim, as permeabilidades que indicamos na seção anterior não demonstram a inconsistência interna de cada chave e intérprete, como se suas insuficiências se devessem a falta desses em levar suas considerações e visões à uma máxima coerência interna. São permeáveis porque o brilho de cada polo interpretativo permite entrever as sombras dos espaços que estas deixam intocados, a penumbra que se forma, ou até o brilho distinto provocado pelo encontro dos dois. Entender que o brilho dos polos interpretativos possui limites produz e sofre distorções, concorre para uma melhor compreensão a respeito do que aconteceu em Junho de 2013, pois o caminho de construir duas chaves interpretativas de Junho, a partir de seus principais intérpretes, enquanto duas maneiras opostas de se pensar o mesmo fenômeno, contribui para o restabelecimento da contradição tão própria dos confrontos políticos e da densidade e gravidade dos fenômenos e cenário político recentes.

As relações e contrastes entre as duas chaves fornece meios para compreender as maneiras pelas quais a mobilização pensa a si mesma, já que as interpretações promovidas por esses intelectuais também constituem semânticas da própria luta pelo

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

legado de Junho, ou seja, também estão envolvidas na imediatez dos embates políticos, num movimento em que os conflitos e as disputas pelos sentidos e saldos – tanto de Junho, quanto de seu passado e futuro imediatos – permitem perceber a abertura dos processos e a contradição em movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: _____. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014a.

_____. **Nova direita surgiu após junho, diz filósofo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>> Acesso em: 21/10/2014b.

_____. **2 anos de “Junho” e a crise do lulismo**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GtC671hP1WI>> Acesso em: 17/08/2015.

_____. **Junho de 2013: terá sido a paz total?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jo7aF8iAViQ>> Acesso em: 19/09/2016.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

_____. Eleições, radicalização política e revolta social: uma análise do Brasil entre as eleições de 2014 e os pleitos de 2015. In: Fernando Mayorga. (Org.). Elecciones y legitimidad democrática en América Latina. 1ed.: **CESU-UMSS/CLACSO/IESE/Plural editores**, 2016b, v. , p. 39-57.

_____. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública (UNICAMP)**, v. 23, p. 43-59, 2017a.

_____. The Rousseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil. **Critical Policy Studies**, v. 11, p. 352-357, 2017b.

ALONSO, A.; MISCHKE, A. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. In: **From Contention to Social Change**: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests-ESA Research Network on Social Movements – Midterm Conference 19-20 February 2015 – Universidad Complutense de Madrid, Spain.

ALONSO, A. A política das ruas. Novos Estudos. **CEBRAP**, v. Especial, p. 49-58, 2017.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, n.62, jul.set. 2013.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v.30, n.88, jun. 2015.

_____. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: Breno Bringel; Geoffrey Pleyers. (Org.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2017, v., p. 135-148.

BUCCI, E. **A forma bruta dos protestos**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 1. 178p.

CHAUÍ, Marilena. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. Disponível em: < <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>> Acesso em: 27/06/2013. 2013a.

_____. **Chauí fala sobre as manifestações**. Disponível em: < <https://ocafezinho.com/2013/08/28/chaui-fala-sobre-manifestacoes/>> Acesso em: 28/08/2013. 2013b.

CHALOUB, Jorge. **As ressacas de Junho**. Disponível em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/02/15/as-ressacas-de-junho/>>. Acesso em: 15/02/2016.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. Campinas: Ed. da Unicamp. Coleção estudos: 142. 1994.

NOBRE, Marcos. **Choques de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2013.

_____. **Junho à espreita**. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/politica/4093652/junho-espreita>>. Acesso em: 15/06/2015.

_____. 1988 + 30. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, v.105, p.3-17, 2016.

_____. Marcos Nobre: **"É impossível fazer uma retrospectiva de 2016 a não ser em tempo real"**. Disponível em: < <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2017/01/marcos-nobre-e-impossivel-fazer-uma-retrospectiva-de-2016-a-nao-ser-em-tempo-real-9043649.html>> Acesso em: 01/01/2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: ORTELLADO, P; POMAR, M. ; LIMA, L. ; JUDENSNAIDER, E. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013. 240p.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. MARICATO, Ermínia. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

SAFATLE, V. P. **Só mais um esforço**. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2017. 144p.

SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.96, jul. 2013a.

_____. Primavera Brasileira ou Outono Democrático?. **Insight Inteligência (Rio de Janeiro)**, v. 16, p. 32-38, 2013b.

SANTOS, F. G. M.; SZWAKO, J. E. L. Dos impasses aos desafios de reconstrução da democracia no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 106, p.137-138, 2016a.

SANTOS, F. G. M.; GUARNIERI, F. From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 25, p. 485-494, 2016b.

SANTOS, W. G. **O futuro do atual levante niilista**. Disponível em: <<https://ocafezinho.com/2013/07/25/wanderley-preve-o-futuro-dos-coxinhas/>>. Acesso em: 25/07/2013.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.97, nov. 2013.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. RJ: LeYa, 2016.

Recebido em 25/09/2018

Aprovado em 14/11/2018